



## **Polícia comunitária na mídia: mudança organizacional e desafio às relações públicas da Polícia Militar de Minas Gerais<sup>1</sup>**

Márcio Simeone Henriques<sup>2</sup>  
Marina de Melo Marinho Brochado<sup>3</sup>  
Universidade Federal de Minas Gerais

### **RESUMO**

A implantação de uma filosofia de polícia comunitária pela Polícia Militar de Minas Gerais enseja um processo amplo de mudança organizacional, acarretando demandas à sua estrutura de comunicação e constituindo um desafio de relações públicas. O artigo examina a resposta institucional a uma dessas grandes demandas, a de dar visibilidade através da imprensa à implantação da nova filosofia e dos aspectos que a materializam – especialmente a implantação dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública, por meio de um estudo da presença do tema e de seus elementos em matérias veiculadas no período de janeiro de 2005 a julho de 2006.

**PALAVRAS-CHAVE:** relações públicas – polícia comunitária – imprensa – mudança organizacional

A Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG - vem implementando nos últimos anos uma filosofia de polícia comunitária, orientação operacional para o trabalho das agências policiais que emergiu há algumas décadas em vários países do mundo como uma forma de atuação mais voltada para a proximidade com os cidadãos na prevenção e na resolução de crimes. Mais recentemente essa introdução ganhou um *status* doutrinário específico na PM e um marco institucional importante é a implantação, em 2000, de Conselhos Comunitários de Segurança Pública, os Consep, instância de interlocução entre a polícia e as comunidades dentro de suas frações territoriais<sup>4</sup>. Isso significou a introdução de mudanças organizacionais significativas e representou também um problema de relações públicas, no sentido do reposicionamento institucional, o que passou a requerer mudanças na política e na estrutura de comunicação organizacional da corporação. Uma das demandas claramente dirigidas à

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no NP Relações Públicas e Comunicação Organizacional do VIII Nupecom – Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Professor do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais; e-mail: simeone@fafich.ufmg.br.

<sup>3</sup> Bacharel em Relações Públicas, estagiária de pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais; e-mail: titanina@gmail.com.

<sup>4</sup> Naquele ano foram implantados 24 desses conselhos, correspondentes a cada Companhia PM no município de Belo Horizonte e, posteriormente, são criados Consep por todo o interior do Estado.



comunicação organizacional da PM foi a de conferir visibilidade a este processo de inovação aos públicos em geral.

Este estudo teve o objetivo de verificar esta visibilidade através da imprensa, investigando especificamente de que maneira a filosofia de polícia comunitária, os assuntos ligados à sua implantação e os próprios Consep (entendidos como a principal ação que materializa a prática da polícia comunitária) aparecem na imprensa de Belo Horizonte (jornais e televisão) e os enfoques predominantes conferidos ao tema. Para isso, o trabalho realizou levantamento e análise das coberturas de dois dos maiores jornais de circulação em Minas Gerais: *Estado de Minas* e *O Tempo* e ainda da *Rede Globo Minas*, no período de 1.º de janeiro de 2005 a 31 de julho de 2006 e a comparação entre as sugestões de pauta emitidas pela PMMG e as matérias veiculadas no mesmo período.

### **A filosofia de polícia comunitária e sua introdução na PMMG**

De modo geral, a filosofia de polícia comunitária buscou responder historicamente à insuficiência dos modelos de ação policial reativos, fundados num distanciamento e isolamento burocráticos das agências policiais e também a um crescente questionamento do poder repressivo e discricionário da polícia. No primeiro caso, como resultado de uma insatisfação crescente em relação à sua eficácia operacional. No segundo, fruto de uma movimentação política mais ampla em países democráticos, pelo menos desde a década de 1960, que pôs em xeque as próprias funções da polícia. Este dado político é por vezes descrito como um processo de “repolitização” da polícia, no sentido em que desafia a noção até então hegemônica de que seu caráter seria tão somente técnico e burocrático e, portanto, apolítico (REINER, 2004; REISS Jr., 2003; GOLDSTEIN, 2003). Como corrente doutrinária, possui extensa descrição na literatura da área, geralmente focada em alguns princípios básicos: contraponto à atuação meramente repressiva da polícia, adotando, em parceria com as comunidades a que serve, atitudes preventivas; adequação dos seus serviços a uma prática de respeito aos direitos humanos; instituição de parceria decisória com os cidadãos no sentido da resolução de problemas de segurança (GOLDSTEIN, 2003; MOORE, 2003; SKOLNICK; BAILEY, 2002).

No Brasil a discussão sobre o tema é bem mais recente, evidentemente prejudicada pelo período autoritário recente. No entanto, com a redemocratização a



influência das idéias e princípios de polícia comunitária, já então correntes em outros países, começa a ser percebida. Um dos marcos fundamentais encontra-se no período de elaboração e promulgação da Constituição de 1988<sup>5</sup>. No bojo das discussões surge também uma intensa discussão sobre o formato e as funções das polícias e a necessidade de enquadrá-las aos preceitos de respeito aos direitos humanos<sup>6</sup>. Mas é na segunda metade da década de 1990 que a noção de polícia comunitária realmente ganharia impulso mais significativo. Contribuiu para isso a escalada dos índices de criminalidade nos grandes centros urbanos, tornando clara a insuficiência dos modelos de policiamento vigentes para a sua contenção.

O caso da PMMG ilustra a combinação de fatores operacionais e políticos que deu impulso a estas idéias. No correr da década de 1990 a explosão da criminalidade na Região Metropolitana de Belo Horizonte contrastava com uma estrutura deficiente da PM e com uma certa “paralisia doutrinária” (SOUZA, 2003), mesmo que, em 1993, tenha tentado implantar o policiamento comunitário em alguns locais e institucionalizá-lo. Em termos políticos, 1997 foi um momento crítico considerável, tendo seu ápice numa rumorosa greve de policiais que lançou questionamentos sobre a situação e sobre os modos de atuação da PM<sup>7</sup>. Como reação, a PMMG esboçou em seguida o chamado Plano de Polícia de Resultados, tendo como pilares a implantação das técnicas de geoprocessamento e a introdução da filosofia de polícia comunitária. Dentro deste plano são criados, em 2000, no âmbito das Companhias PM da cidade de Belo Horizonte 24 Conselhos Comunitários de Segurança Pública – CONSEP – como as instâncias de interlocução entre a polícia e as comunidades localizadas em cada fração e que se tornariam, então, o principal instrumento sobre o qual se depositaria a expectativa de promover a aproximação entre a PM e os cidadãos em termos de parceria decisória para a resolução de problemas de segurança.

### **A demanda por mudanças na comunicação organizacional da PM**

---

<sup>5</sup> A Constituição introduziu, em seu Artigo 144, um preceito específico em relação à segurança pública, definida como “dever do Estado, direito e responsabilidade de todos”.

<sup>6</sup> Mesmo assim, o progresso das idéias de uma polícia cidadã, interativa, cujo *modus operandi* se tornasse mais sensível às demandas cívicas e com respeito aos direitos humanos deu-se de forma bastante lenta, sofrendo fortes resistências internas e externas, o que ainda persiste como um obstáculo à sua institucionalização mais efetiva.

<sup>7</sup> Um movimento deflagrado em junho de 1997 pelos policiais militares conhecido como a “Greve de 1997”, termina por expor publicamente as graves questões de segurança e significou o ponto culminante da crise. O movimento ganhou dimensão nacional, tornou-se um importante marco histórico, causou impacto junto à opinião pública e provocou reações do Estado e da Corporação. A este respeito ver BARROS, 2006.



Por representar mudança organizacional significativa, a implantação do Plano de Polícia de Resultados teve impacto nítido sobre a estrutura de comunicação organizacional da PMMG, acarretando novas demandas e configurando um novo problema de relações públicas (no sentido de reposicionamento institucional e de outros tipos de relacionamento entre a PM e seus diversos públicos). Não por acaso o perfil da Quinta Seção do Estado-Maior (PM5) viu-se diante da necessidade de transformar-se em uma Assessoria de Comunicação Organizacional, com atribuições mais amplas dentro de um “sistema de comunicação” mais descentralizado. A partir deste período evidencia-se uma inserção mais vigorosa –em termos das doutrinas e diretrizes da PM – da Comunicação Social (HENRIQUES, 2008). A necessidade de dar suporte – em termos de comunicação institucional – à prática de polícia comunitária gerou não apenas a demanda de reformulação do perfil e das ações da PM5, como também de ações específicas, como a atenção a campanhas preventivas<sup>8</sup>. Além disso, acarretou uma preocupação particular com as relações da PMMG com a imprensa, o que aqui nos interessa mais diretamente. A diretriz que trata da implementação da polícia comunitária na PMMG, dentre as estratégias de sedimentação dessa filosofia, sugere uma atenção à divulgação ampla dos seus princípios, ao grande público, através da imprensa:

a) desenvolver junto ao público externo da Corporação a sensibilização e o devido conhecimento a respeito da filosofia de polícia comunitária para uma maior assimilação e mobilização em torno de seus propósitos; b) promover a divulgação eficiente da filosofia e estratégia do modelo de polícia comunitária e de seus resultados, alicerçadas na imprensa, como fator multiplicador dessa nova forma de fazer polícia (MINAS GERAIS, 2002, p. 29).

É visível, a partir de 2000, uma preocupação em uniformizar procedimentos para atendimento à imprensa e conscientizar todos os policiais, em todos os níveis, da sua importância. Naquele ano a PM5 elabora um manual denominado Atividade de Imprensa<sup>9</sup>. Denota a preocupação do setor em mudar o paradigma de relacionamento com a mídia, reconhecendo que “a imprensa é, hoje, para a Polícia Militar, o mais importante parceiro no que diz respeito à veiculação da imagem da Corporação”. O manual declarava como seu objetivo, além de dar condições aos integrantes de estabelecer um contato mais profissional com a imprensa, reforçar “a identidade

---

<sup>8</sup> Foram realizadas campanhas publicitárias para televisão - “PM Serviço” e imprensa, através de folhetos – “Dicas PM”.

<sup>9</sup> O Trabalho foi realizado pelo Major Eduardo de Oliveira Chiari Campolina e pelos jornalistas Alexandre Antônio França Ferreira e Márcia Cândido França, no ano de 2000.



corporativa da Instituição nessas oportunidades, que são extremamente importantes para sua imagem junto aos seus públicos”<sup>10</sup>. Reconhecia a importância do trabalho pró-ativo, de alimentar cotidianamente a imprensa, para manter essa imagem positiva:

Partindo do pressuposto de que a comunidade deve estar bem informada, é importante que a Imprensa seja alimentada cotidianamente. O princípio da oportunidade é vital, não apenas quando a Corporação for envolvida em notícia tendenciosa, que exija esclarecimento imediato, mas também quando o fato puder contribuir para manter a sua imagem positiva<sup>11</sup>.

O texto orientava os policiais para diversas situações nas quais precisam lidar com a imprensa, inclusive sobre o que fazer em ocorrências de alta complexidade, oferecia modelos de *press-releases* e de notas à imprensa, além de como fazer *clipping* e jornais internos. Também demonstra a preocupação da PM5 em promover ações de *media-training* com oficiais. Já em 2005, a Assessoria de Comunicação Organizacional publica o manual “Imprensa e Polícia – O quê, como, quando o policial deve dizer” (MINAS GERAIS, 2005), com orientações colocadas de forma didática para guiar o trabalho dos policiais da linha de frente da tropa quanto ao atendimento à imprensa. O manual reconhece que “o relacionamento com a imprensa é fundamental para que a Corporação possa chegar à comunidade levando seus recados, mensagens, dicas e divulgar suas ações” e apresenta a imprensa como “parte inerente ao trabalho do policial militar”. Recomenda a todos os agentes que procurem dar atendimento bem informado sobre a unidade na qual trabalha, conhecendo em detalhes o perfil da região e os seus principais problemas, para fornecer sempre informações com base nos contextos locais.

O exame documental, portanto, revela: (a) uma demanda pela divulgação dos princípios e da prática de polícia comunitária por meio da imprensa ao público em geral; (b) uma demanda pelo maior preparo dos policiais para lidar com a imprensa de modo mais descentralizado (uma descentralização das fontes) e (c) um foco maior aos contextos locais. Isso significa, na prática, mudança significativa na forma como a PM e seus agentes devem encarar o relacionamento com a imprensa, contrastando com um modelo de centralização das informações e do atendimento.

## **O fomento à participação**

---

<sup>10</sup> Documento “Atividade de Imprensa”, 2000. p. 17.

<sup>11</sup> Idem pág.16.



Um aspecto peculiar chama a atenção em relação à demanda por mudanças na comunicação organizacional da PMMG diante da implantação do policiamento comunitário: com a criação de instâncias de interlocução, como os Consep, torna-se imprescindível um alargamento da perspectiva para incluir entre suas finalidades as de alimentar o conhecimento cívico, facilitar a ação pública e garantir o debate público. Para Pierre Zémor, uma comunicação dos órgãos públicos em regimes democráticos, onde entra em jogo a participação dos cidadãos na formulação, execução e acompanhamento das políticas públicas precisa imbuir-se inúmeras funções:

de informar (dar a conhecer, prestar contas e valorizar); de ouvir (as demandas, as expectativas, as interrogações e os aportes do debate público), de contribuir para assegurar a relação social (sentimento de pertencimento coletivo, tomada de consciência do cidadão enquanto ator) e de acompanhar as mudanças, tanto comportamentais quanto de organização social (ZÉMOR, 1995, p. 5, tradução nossa)<sup>12</sup>.

Em seu relacionamento com a imprensa, vê-se a polícia diante de pelo menos dois desafios: (a) dar maior publicidade possível às novas orientações que emanam dos princípios de polícia comunitária – o que envolve uma participação cívica - e (b) dar a conhecer as possibilidades participação para o debate e a deliberação –informar sobre a existência de canais e fóruns onde se materialize a interlocução entre polícia e comunidade. No trato com a imprensa isso pode se dar tanto de modo pró-ativo (pelo envio de *releases* e sugestões de pauta que posicionem institucionalmente os princípios em questão e informem as possibilidades de participação) como de modo reativo (buscando, nas ocasiões em que a polícia responde a demandas dos jornalistas, realizar este posicionamento, chamando a atenção para as questões preventivas, para a participação nos Consep ou mesmo para a própria filosofia de polícia comunitária).

Assim, levantamento e análise da cobertura de imprensa pode fornecer, além de informações sobre os enfoques dados ao tema, indícios importantes de como a PM tentado vencer esses desafios. Em termos pró-ativos, buscamos verificar se as notícias veiculadas podem ser associadas de modo evidente a sugestões de pauta enviadas. Em termos reativos, tomamos como indicadores: (i) variabilidade das fontes ouvidas pela imprensa (descentralização da fala dos policiais) e (ii) aproveitamento de oportunidades de inserção dos assuntos ligados à prática de polícia comunitária na imprensa.

---

<sup>12</sup> “[...] d’informer (faire savoir, rendre compte et faire valoir), d’écouter (les attentes, les interrogations et les apports du débat public), de contribuer à assurer la relation sociale (sentiment d’appartenance collectif) et d’accompagner les changements tant comportementaux que de l’organisation sociale”.



## O percurso metodológico do estudo

O estudo foi feito por meio de levantamento e análise das coberturas de dois dos maiores jornais de circulação em Minas Gerais: *Estado de Minas*, e *O Tempo* e ainda da *Rede Globo Minas*, no período de 1.º de janeiro de 2005 a 31 de julho de 2006. Este período foi considerado tendo em vista os seguintes elementos: (i) o período de consolidação da implantação dos CONSEP entre 2004 e 2005, com sua ampliação para o interior do Estado; (ii) a composição e emissão de Diretriz do Comando-Geral que trata especificamente das atividades de Comunicação Organizacional da PMMG<sup>13</sup> e (iii) a publicação do manual “Imprensa e Polícia – O quê, como, quando o policial deve dizer” (MINAS GERAIS, 2005). O levantamento foi realizado por meio das ferramentas de busca dos sítios *web* das publicações impressas e pela utilização das mesmas chaves de busca no centro de documentação da Rede Globo Minas. São as seguintes as chaves de busca utilizadas: “polícia comunitária”, “policiamento comunitário”, “CONSEP” e “Conselho Comunitário de Segurança Pública”. Como chaves complementares, apenas para os veículos impressos, foram também utilizadas as expressões: “vigilância de bairro” e “prevenção ativa”. Em seguida, fez-se a comparação entre as sugestões de pauta emitidas pela PMMG e as matérias veiculadas no mesmo período<sup>14</sup>. A classificação do material obtido foi feita pelos seguintes critérios:

<b>1) Por tema:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>- Matérias cujo tema principal é Polícia Comunitária</li><li>- Matérias cujo tema principal são os CONSEP</li><li>- Matérias que apenas fazem menção aos CONSEP</li><li>- Matérias que apenas fazem menção à filosofia de polícia comunitária</li><li>- Matérias que tratam de prevenção, mas não mencionam polícia comunitária ou CONSEP.</li></ul>	<b>2) Por tipo de registro:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>- Registro Factual- Trata de acontecimento específico</li><li>- Reportagem- Trata de determinado assunto específico</li><li>- Artigos- Matéria assinada (impresso)</li><li>- Documentário (televisão)</li></ul>	<b>3) Por fontes utilizadas:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>- Da PMMG</li><li>- De órgãos de defesa do estado</li><li>- Especialistas, acadêmicos, jornalistas especializados, instituto de pesquisa;</li><li>- De entidades da sociedade civil</li><li>- Autoridades da segurança pública de fora do estado e outros países</li><li>- Membros do CONSEP</li><li>- Outras autoridades públicas governamentais</li></ul>
--	---	--

## A polícia comunitária na mídia

<sup>13</sup> Trata-se da Diretriz 11/2006, que disciplina o desenvolvimento das atividades de Comunicação Organizacional na Polícia Militar de Minas Gerais (MINAS GERAIS, 2006).

<sup>14</sup> As sugestões foram coletadas através do PM INFORMA, sistema de envio por *e-mail* a jornalistas e editoriais cadastrados, disponível para consulta no sítio da PMMG ([www.pmmg.mg.gov.br](http://www.pmmg.mg.gov.br)).

Realizou-se triagem das matérias encontradas em cada chave de busca. Algumas foram desprezadas por aparecerem mais de uma vez na mesma chave ou em chaves diferentes ou por terem conteúdo que, apesar da menção ao termo, não se enquadram no tema. O resultado geral foi o seguinte:

	O TEMPO		ESTADO DE MINAS		REDE GLOBO		Total utilizado
	Matérias encontradas	Matérias utilizadas	Matérias encontradas	Matérias utilizadas	Matérias encontradas	Matérias utilizadas	
Polícia comunitária	22	2	10	8	5	5	15
Consep	11	11	16	12	3	2	25
Conselho Comunitário de Segurança Pública	7	7	6	5	3	2	14
Policamento comunitário	11	7	25	10	5	5	22
<i>Chaves complementares</i>							
Vigilância de bairro	26	3	0	0	--	--	3
Prevenção ativa	83	7	25	15	--	--	22

Para um melhor entendimento da representação dessas matérias, foram realizadas as seguintes análises:

1) *Análise por temas:*

A apuração dos temas abordados revela que, do total de matérias, 16,5% dão ênfase à filosofia de polícia comunitária, enquanto 25,3% apenas mencionam sobre polícia comunitária; do total ainda há 8,9% que dão ênfase aos Consep e 20,3% que apenas fazem menção aos Consep; o maior número de matérias, correspondendo a 29,1%, tratam de segurança, de ações policiais, mas não mencionam sobre polícia comunitária (Figs. 1 e 2).

Fig.1 – Divisão das matérias por temas

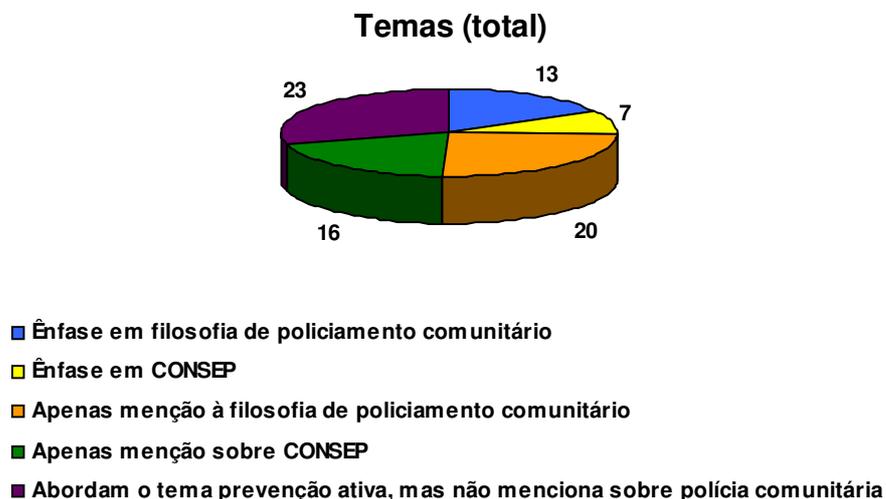
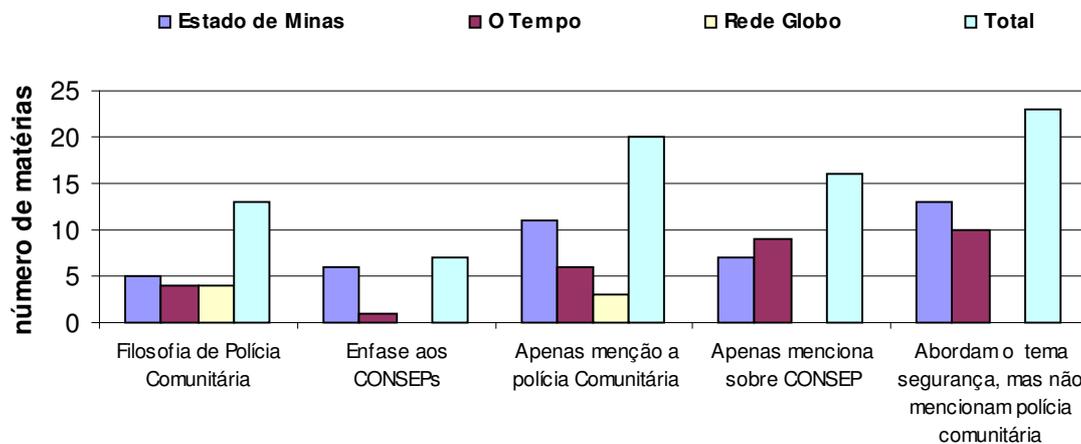


Fig.2 – Divisão das matérias por temas e por veículos



As matérias que apenas fazem menção a Consep ou polícia comunitária são pontuais, possibilitam pouco ou nenhum entendimento aos leitores que desconhecem o assunto e não se referem a aspectos de mobilização. Como na seguinte matéria:

Começou ontem, em Belo Horizonte, a terceira fase do treinamento integrado de policiais civis e militares de Uberaba e Uberlândia, no Triângulo Mineiro; Juiz de Fora, na Zona da Mata; Montes Claros, Norte de Minas; e Governador Valadares, Vale do Rio Doce. No auditório do Othon Palace Hotel, 80 policiais receberam orientações sobre direitos humanos e ação policial, operacionalização de sistemas informatizados de segurança pública, **polícia comunitária** e atuação em local de crime. Em Belo Horizonte e região metropolitana, 6.256 policiais já passaram pelo treinamento. Até dezembro, serão 10,9 mil no estado (Estado de Minas, 21/06/2006).

Mesmo algumas matérias que dão ênfase ao tema trazem apenas o papel da polícia, dando pouca relevância à participação da comunidade e como isso pode acontecer. Como a seguinte, que ressalta aspectos operacionais e aponta para a realização de atividades de prevenção:

BELO HORIZONTE - A Polícia Militar de Minas Gerais lança nesta sexta-feira, às 10h, o Serviço de Policiamento Comunitário Móvel, que atuará nos bairros da Graça, Nova Floresta e Silveira. O serviço é uma parceira da PMMG, Associação Comunitária dos bairros Nova Floresta, Silveira e da Graça e o Consep 20. A nova unidade vai contar com Posto de Policiamento Comunitário Móvel (PPCM), equipado com giroflex, rádio de comunicação operacional, rádio com a rede de vigilância comunitária, telefone móvel comunitário e computador que servirá para o registro de ocorrências policiais. Duas ciclo-patrolhas, que terão a missão de efetuar o patrulhamento

preventivo, duas motocicletas e uma viatura que atuará como patrulha de prevenção e funcionará, simultaneamente, como carro de som, possibilitando a divulgação de dicas da PM e outras orientações à comunidade (O Tempo, 27/04/2006).

As chaves complementares de busca (*vigilância de bairro e prevenção ativa*) resultaram em matérias que, apesar de abordarem a participação da comunidade em questões referentes à segurança, informando, sensibilizando e apontando as possibilidades de ação, do total de 22, apenas duas mencionaram o termo “polícia comunitária”, as demais não fazem referência a nenhum dos termos pesquisados (*polícia comunitária, policiamento comunitário* ou *Consep*). O que é interessante a ser observado é que, embora ressaltem a importância da participação da comunidade, essas matérias não são aproveitadas para divulgar estes termos, como por exemplo:

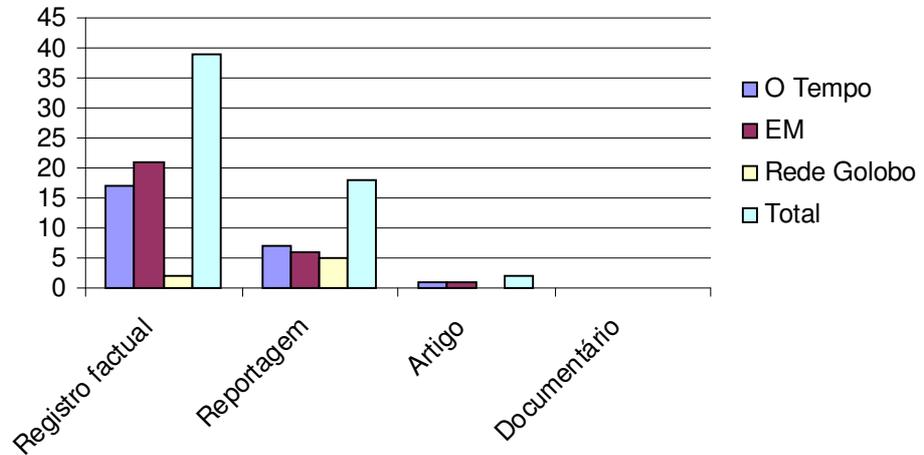
Moradores, síndicos e funcionários de prédios residenciais, em Belo Horizonte, receberam da Polícia Militar (PM) nesta quinta-feira orientações de segurança para barrar a onda de assaltos e arrastões nas garagens de condomínios que atinge a cidade. (...) Na reunião ocorrida no 34.º Batalhão da PM que atua em bairros na região da Pampulha, Noroeste e Centro-Sul da capital, a tenente-coronel Luciene Albuquerque tratou de repassar aos síndicos e moradores de condomínios uma série de dicas e ações para otimizar a segurança nos edifícios. “O trabalho da PM de forma isolada não vai conseguir conter esse tipo de crime na cidade. É preciso que os moradores, porteiros, síndicos e vizinhos dos prédios se organizem juntamente com a polícia para acabar com esse problema”, disse. Segundo a comandante do 34º Batalhão, para evitar os assaltos a prédios é preciso que todos estejam atentos a qualquer atitude suspeita próxima ao condomínio. “Temos que agir na prevenção desse crime, ou seja, é preciso que a comunidade se una para avisar a polícia antes que ele os assaltos ocorram. Quatro homens dentro de um carro parado na porta do prédio, uma pessoa com blusa de frio mesmo fazendo calor ou rondando o prédio com frequência, por exemplo, são exemplos de situações que devem ser imediatamente comunicadas à Polícia Militar”, ressaltou. De acordo com o major Izdel Fagundes, comandante da 9ª Companhia do 34º Batalhão, além de ficar em estado de alerta, os síndicos devem estabelecer regras como proibir a entrada de pessoas estranhas nos prédios. (...) (O Tempo, 15/12/2005).

## 2) *Análise por tipos de registro:*

Foram considerados registros factuais os que se referem à cobertura de fatos específicos de policiamento comunitário ou Consep ou relatam determinados fatos pontuais ligados à segurança ou à filosofia de polícia comunitária. Já as reportagens tratam de questões de fundo, dos vários aspectos ligados à filosofia, como é aplicada, ações da PM para sua implantação, mudanças que estão sendo percebidas, o papel da comunidade, a articulação dos Consep com a PM etc. Nos jornais impressos, mais do

que o dobro das matérias são registros factuais. Já na Rede Globo 71,4% foram reportagens. (Fig.3).

Fig.3 - Classificação das matérias pelo tipo de registro

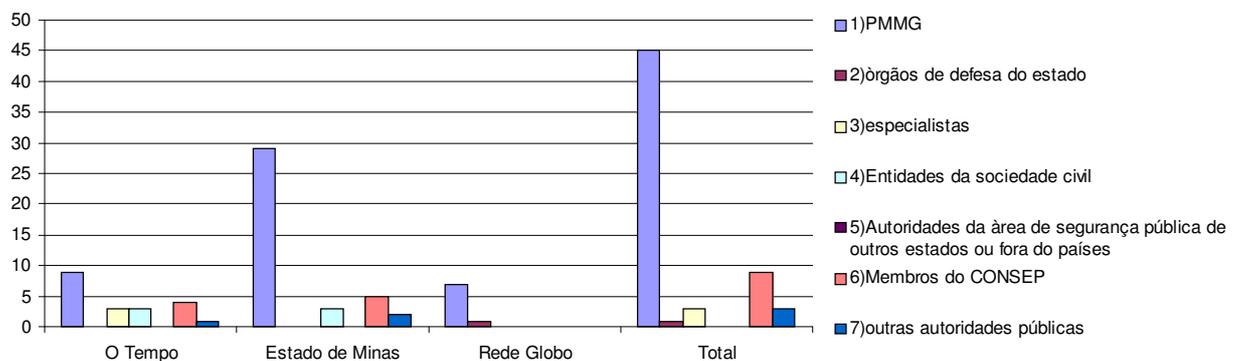


As reportagens da Rede Globo, que corresponderam a cinco matérias, exploraram bem o tema, em geral, mostrando como se dão as ações da polícia e da comunidade diante de determinado problema e o resultado das mesmas.

### 3) Análise quanto às fontes:

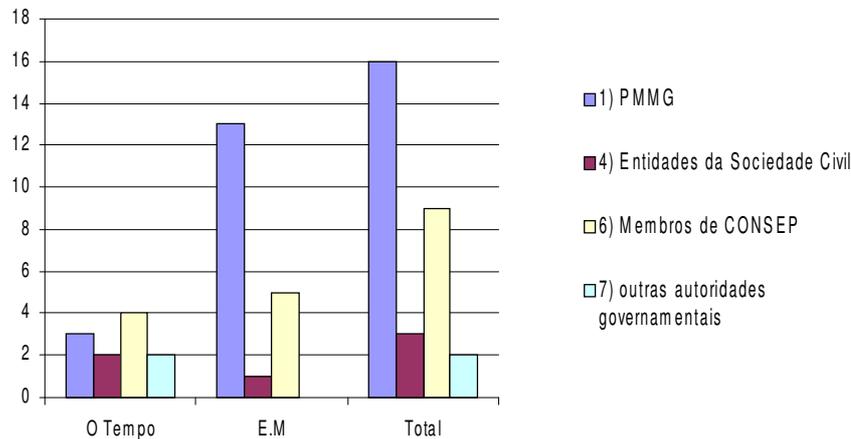
Os membros PMMG são as fontes mais entrevistadas para as matérias pesquisadas (Fig. 4). Principalmente no *Estado de Minas*, correspondendo a 74,4% dos entrevistados, sendo os outros: 12,8% membros do Consep, 7,7% entidades da sociedade civil e 5,1 outras autoridades públicas. Na Rede Globo foram 87,5% representantes da PMMG e 12,5% entrevistados de órgãos de defesa do Estado.

Fig. 4 – Fontes entrevistadas por veículo



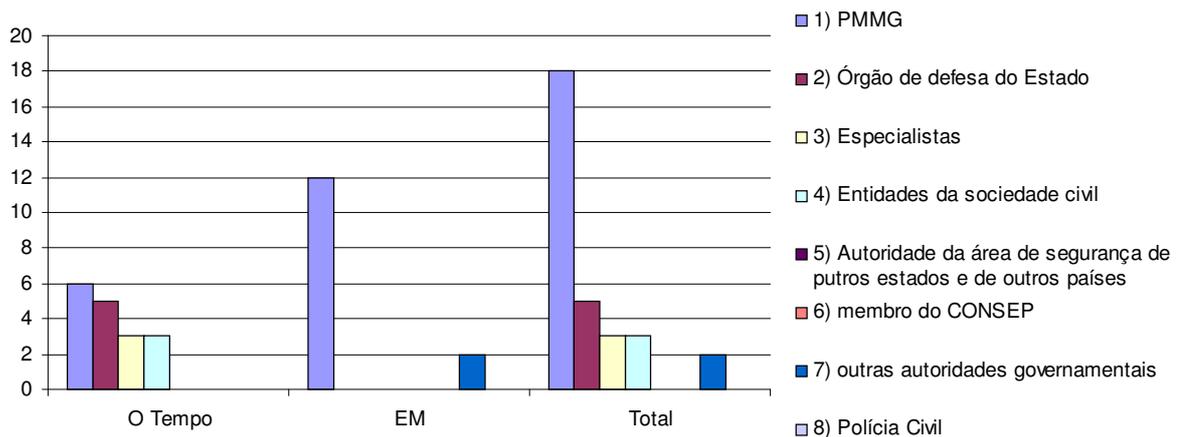
Observa-se que até mesmo nas matérias sobre Consep, policiais militares são a principal fonte. No *Estado de Minas* a PMMG é mais procurada do que os membros dos CONSEP. Já no jornal *O Tempo*, os membros dos CONSEP são os mais entrevistados, mas ainda assim as fontes PM tiveram uma boa representação (Fig. 5).

Fig. 5 - Fontes das matérias com ênfase nos Consep



Nas matérias encontradas com as chaves complementares “prevenção ativa” e “vigilância de bairro”, também a maior parte (58%) dos entrevistados são fontes da própria PMMG (Fig. 6).

Fig.6 – Fontes das matérias encontradas nas chaves complementares



Observou-se que de fato há uma descentralização das fontes da PM, pois estas são bastante diversificadas. Aspecto curioso é que o *Estado de Minas* busca também a opinião de pessoas “comuns” da sociedade, o que possibilita, em certa medida, saber a



visão desses cidadãos sobre as questões relevantes à polícia comunitária. Muitas vezes eles dizem o que pretendem da ação policial, o que entenderam e absorveram dela.

#### 4) *Correspondência com a sugestão de pauta da PM:*

O número de correspondências com a sugestão de pauta da PM é muito pequeno. No *Estado de Minas* não há ocorrências e no jornal *O Tempo* apenas duas matérias. Em uma delas, parte do conteúdo corresponde exatamente ao *release* da PM, mas também buscou outras fontes da própria Polícia que realçaram a importância da relação entre polícia e comunidade, apresentando em seguida a opinião discordante do diretor da Câmara de Dirigentes Lojistas.

A cidade de Contagem, na Grande Belo Horizonte, registrou uma queda de 22% nos quatro crimes mais cometidos no município – assaltos a coletivo, prédio comercial, veículo e homicídio – no ano de 2005 em comparação a 2004. Os dados foram registrados pelo 18º Batalhão de Polícia Militar (BPM), com sede da cidade.(...) A queda é atribuída à implantação em Contagem, há pouco mais de quatro anos, da polícia comunitária: a população participa com informações sobre áreas mais carentes de proteção e vigilância na cidade, oferece dados importantes para a prevenção e repressão do crime e a polícia trabalha nos principais pontos apontados. O comandante do 18º BPM, tenente-coronel Irani Alvear Saraiva, ressaltou a criação dos Conselhos de Segurança Pública (Conseps) como ferramenta fundamental no trabalho da polícia. Ele salientou também o investimento do Estado. “Além do treinamento, aparelhamento e aumento do efetivo policial, esse envolvimento mútuo nas questões de segurança pública é o futuro da segurança em comunidade”, disse o tenente-coronel.

#### *Lojistas*

O presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) de Contagem, Edilton Pires Bispo, não tem dados que confirmem a informação da Polícia Militar no que diz respeito à queda de criminalidade contra comerciantes. Ele disse que é possível ver muitas viaturas na rua, mas faz ressalvas quanto ao efetivo policial de Contagem. “A polícia parece estar mais aparelhada, vemos mais carros. Mas a segurança pública que queremos ainda está longe do ideal. Na minha visão, Contagem tem poucos policiais pelo tamanho da cidade. Desde a criação do 18º BPM, acho que cresceu muito pouco o efetivo”, afirmou. (*O Tempo*, 05/04/2006).

A segunda matéria fala sobre o lançamento do policiamento de Serviço Comunitário Móvel na região Noroeste (matéria já citada neste artigo). São dadas apenas informações quantitativas, não informando, por exemplo, a forma com que a comunidade vai interagir e colaborar para o funcionamento desse serviço. As sugestões de pauta, em sua maioria, trazem pouca informação além do fato em si.

### **Considerações finais**



O que está em pauta é a questão da segurança pública. É assunto de interesse público e coletivo e os meios de comunicação de massa são intermediadores importantes, sendo preciso integrá-los de algum modo ao processo. Também pelo seu caráter de problema público relevante, a segurança possui grande apelo. É necessário gerar referência para a população se informar sobre ações preventivas, o que fazer, como fazer, quais os canais de interlocução com a PM, como funcionam. A imprensa tem de ser municiada de informações que possibilitem a mobilização, a mudança de comportamento frente à questão.

O estudo evidencia, de fato, um ponto de inflexão quanto à comunicação organizacional da PMMG, no que se refere ao relacionamento específico com a imprensa. É nítida a preocupação com os aspectos desse relacionamento que podem posicionar a imagem da corporação dentro dos princípios inovadores da filosofia de polícia comunitária. O que mais se destaca é o uso da PM como fonte de referência principal para os assuntos ligados à prevenção e à participação comunitária na solução de problemas de segurança pública. A partir disso, a diversificação das fontes da própria Polícia Militar, onde se verifica o alargamento do espectro dos falantes: não apenas os oficiais de comando, em vários níveis, mas incorporando também os praças. É notória a participação como fonte dos comandantes de Companhia PM e de seus subordinados, o que denota a descentralização da comunicação a este nível de fração policial.

Por outro lado, o que se verifica é que a cobertura dada ao tema encontra-se principalmente no âmbito das matérias factuais, onde alguns elementos da filosofia de polícia comunitária são inseridos. Isso demonstra que houve esforços no sentido de aproveitamento das ocasiões em que os policiais necessitaram atender às demandas da imprensa, mesmo nas rotineiras coberturas de eventos criminais. Mesmo assim, embora sejam difundidos por este meio alguns dos princípios e das formas de atuação de polícia comunitária, são pouco citados os termos “polícia comunitária”, “policiamento comunitário”, “Consep” ou “Conselhos Comunitários de Segurança Pública”. Ou seja, mesmo que o público possa reconhecer e aceitar tais princípios como relevantes, teriam pouca chance de relacioná-los a estes termos e também ao funcionamento dos Conselhos. A baixa menção aos Consep mostra um déficit em termos da demanda de alimentar o conhecimento cívico sobre as instâncias e oportunidades de participação e deliberação na solução de problemas de segurança pública. A polícia tem, mesmo na cobertura factual, uma clara oportunidade que pode ser aproveitada para, além de informar sobre a ação da polícia diante de determinado fato, dizer também qual é o



papel da comunidade, como ela pode atuar, e o que essa ação tem a ver com a filosofia de polícia comunitária, porque é importante que se organizem os conselhos etc.

Sendo a principal fonte para propor os temas ligados à prevenção e à participação comunitária em questões de segurança pública, seria de esperar uma ação mais pró-ativa da PMMG, o que não se mostra por este estudo. Ao lado do aproveitamento das ações reativas com a imprensa, a PM parece carecer de ações pró-ativas mais efetivas, estimulando a imprensa a coberturas mais amplas (o que, reconheça-se, não é fácil diante do forte apelo da cobertura criminal).

### **Referências Bibliográficas**

- BARROS, Lúcio Alves de (org.). **Polícia em Movimento**. Belo Horizonte: Ed. Aspra, 2006.
- GOLDSTEIN, Herman. **Policiando uma sociedade livre**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.
- HENRIQUES, Márcio S. **Falar para a sociedade, falar com as comunidades**. O desafio da construção do diálogo na comunicação pública da Polícia Militar de Minas Gerais. 2008. 238f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.
- MINAS GERAIS. Polícia Militar. **Diretriz para a produção de serviços de segurança pública n.º 04/2002-CG: A Filosofia de Polícia Comunitária na Polícia Militar de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Comando-Geral da PMMG, 16 de dezembro de 2002.
- \_\_\_\_\_. Assessoria de Comunicação Organizacional (PM5). **Imprensa e Polícia**. O quê, como, quando o policial deve dizer. Belo Horizonte, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Diretriz para produção de serviços de segurança pública n.º 11/2006 CG**. Disciplina o desenvolvimento das atividades de Comunicação Organizacional na Polícia Militar de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006.
- MOORE, Mark H. Policiamento Comunitário e Policiamento para a Solução de Problemas. In: TONRY, Michael; MORRIS, Norval (orgs.). **Policiamento Moderno**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. p.115-175. (Série Polícia e Sociedade; n.º 7).
- REINER, Robert. **A política da Polícia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. 376p.
- REISS Jr., Albert J. Organização da Polícia no Século XX. In: TONRY, Michael; MORRIS, Norval (orgs.). **Policiamento Moderno**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. (Série Polícia e Sociedade; n.º 7). p.65-114.
- SKOLNICK, Jerome H.; BAYLEY, David H. **Policiamento comunitário**. Questões e práticas através do mundo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. (Série Polícia e Sociedade; n.º 6).
- SOUZA, Renato V. de. **Do exército estadual à polícia de resultados**. Crise e mudança de paradigmas na produção doutrinária da Polícia Militar de Minas Gerais (1969-2002). 2003. 317f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2003.
- ZÉMOR, Pierre. **La Communication Publique**. PUF, Col. Que sais-je? Paris, 1995.